O CRESCIMENTO URBANO E O BEM ESTAR SOCIAL

Maria da Conceição Dantas**
Maria Geralda de Almeida***
Neuza Maria Góis Ribeiro****

Torna-se crescente a quantidade de estudos realizados por cientistas sociais, cuja ênfase é a questão urbana. Por outro lado, diversificadas têm sido as abordagens utilizadas nesses estudos, para explicar o problema que envolve tal questão.

Ao se abordar o estudo da cidade, a noção que se articula, de imediato, é a de espaço. O espaço pode ser entendido como um produto social, pois resulta da ação do homem, enquanto sujeito social. Por sua vez, a produção de espaço, pelo homem, é dinâmica, uma vez que as relações que se manifestam nele são contraditórias e antagônicas, visto que o espaço não é socializado, mas é o espaço das relações sociais. Admite-se a existência de classes sociais, e é a partir daí que se pode pensar a cidade capitalista.

Isso nos permite pensar a cidade como o espaço que se reproduz, privilegiando os interesses da classe poderosa, frente aos demais interesses da sociedade como um todo. Aqueles que possuem riqueza e poder, organizam a cidade de forma que ela espelhe a segregação e as desigualdades sociais. Ela é produto das necessidades específicas de uma sociedade, historicamente determinada. A cidade capitalista, sendo o lugar das contradições, dos conflitos e da disputa, permite-nos pensar que o solo urbano é, também, disputado para inúmeros usos e por grupos sociais. Nessa disputa, prevalecem as regras capitalistas que se fundamentam na propriedade do solo. O Estado capitalista, permeado de interesses fundiários e imobiliários, tem provido, de serviços urbanos, determinadas áreas da cidade, assumindo, assim um papel importante na determinação do preço da terra urbana e, consequentemente, permitindo a valorização das áreas urbanas, fazendo com que aqueles que detêm maior poder aquisitivo, sejam privilegiados na ocupação do solo urbano. Nesse sentido, fica claro que a população pobre, encontra dificuldades em ocupar o espaço urbano. Daí, a evidência da agudez dos conflitos. Historicamente, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo nas áreas rurais do Estado de Sergipe, permitiu e obrigou o homem do campo a emigrar para áreas rurais mais dinâmicas, para os centros urbanos mais próximos ou para a capital, na expectativa de melhoria das condições de vida. A cidade de Aracaju, também alvo da acumula

---

* *Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano - 05 a 09 de 10/87 - Recife.*

** *Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFS.*

*** *Professora Visitante no Departamento de Geografia da UFS no período de junho/85 a junho/87.*

**** *Professora do Departamento de Geografia e do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS.*

GEONORDESTE, Ano IV, nº 1, 1987, pp. 68/70.

ção capitalista, tem sofrido, historicamehte, mudanças consideráveis na sua estruturacão. Um dos períodos marcantes de mudanças na sua organização parece ser o da década de 60, em que se evidenciou a descoberta do petróleo no Estado de Sergipe. Esse acontecimento marca profundamente a economia do Estado e, mais precisamente, a cidade de Aracaju, uma vez que a sede administrativa da PETROBRÁS, que funcionava em Maceió, no meado dos anos 60, transferiu-se para Aracaju. Não resta dúvida de que a existência de maiores salários, proporcionados pela PETROBRÁS, influenciou na expansão do comércio e dos servicos locais, e deu um dinamismo no mercado imobiliário. Nessa época, o governo militar de 1964, criou o BNH, que, através do setor da construção civil, favoreceu o processo de acumulacão de grupos emergentes, a nível local e/ou nacional (1), via construção de vários conjuntos habitacionais, aos quais tiveram acesso, preponderantemente, a classe média local e, numa proporção menos, a população de baixa renda, que foi removida através de programas de remoção de favelas além de obras de infra-estrutura, planejadas para servir à produção e ao escoamento da produção.

A cidade de Aracaju, não se caracterizando por um crescimento industrial, tem permitido a sobrevivência dos grupos pobres, graças à prestação de serviços pessoais, na condição de subemprego visível ou, mesmo, de desemprego disfarcado ou, ainda, através de sua incorporação no setor da Construção Civil, dado à natureza do trabalho, que permite absorver um percentual significativo da população não qualificada (2).

Dentro do quadro urbano, ficou evidente que os segmentos pobres foram os mais relegados e prejudicados.

No processo de luta pela ocupação do solo urbano, os grupos abastados foram os mais beneficiados, apropriando-se das áreas mais privilegiadas e, por outro lado, os grupos pobres tenderam a se localizar, em áreas que apresentavam condições mínimas de infra-estrutura, adequada a um viver sadio e de boa qualidade. Desta forma, ficou visível, no espaco urbano, a segregação espacial.

À medida em que a cidade de Aracaju cresceu, as classes de renda média e alta suburbanizaram-se no seu próprio setor, criando zonas cada vez mais afastadas, mas sem abandonar as áreas centrais.

A zona sul, que é tradicionalmente a área de localização residencial dos grupos de renda mais alta, foi, dentro do aglomerado urbano, aquela que recebeu maior número de investimentos, através da instalação da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos. Sendo, também, esta área, dotada de grandes parcelas urbanizáveis e maiores atrativos naturais, representados pelas praias, passou a ser alvo dos interesses de empreendedores imobiliários, para a expansão da oferta de habitações destinadas às classes média e alta. Os incorporadores criaram áreas "nobres", nesta zona, introduzindo os conceitos de "morar bem", e construindo moradias especiais, com grandes sistemas de condomínios exclusivos.

A invasão da classe de renda mais elevada expulsaria os primitivos habitantes - a população de renda mais baixa - que se realocaram, principalmente, em áreas periféricas subequipadas, das zonas norte e oeste da cidade, onde se registrou grande parte dos loteamentos populares. Apesar da crescente oferta de lotes e imóveis habitacionais, no município, uma grande parcela da população de baixa renda não tem condições de adquiri-las e recorrem à única alternativa possível - a ocupação extra-legal do solo, constatando-se que, 34,5% dos assentamentos, são construídos em terrenos (3) de propriedades do poder público ou de propriedade particular. (Figura 1).

Existe uma diferenciação entre as favelas dos grandes centros urbanos, que se caracterizam, predominantemente, pela existência de barracos, e as áreas de baixa renda de Aracaju, que apresentam, principalmente, precárias construções de taipa (4).

As áreas de baixa renda de Aracaju se caracterizam pela existência de diferentes padrões de construção, de formas de ocupação com uma grande incidência de "vilas" (5) de quartos.

Analisando a cidade de Aracaju, no que diz respeito à oferta de serviços urbanos por parte do Estado, observa-se que 22,91% da população não dispõe de água encanada. Por sua vez, a rede de esgotos, até 1975, apenas atendia a 6%, e a partir de 1985, esses serviços foram ampliados, abrangendo 44% da população, beneficiando, principalmente, as classes localizadas nas áreas centrais da cidade. Por outro lado, o mesmo não aconteceu com as áreas onde se localizam as classes de baixa renda, onde 30% dessa população depositam os dejetos, a céu aberto, contri

buindo para agravar as condições ambientais, como consequências flagrantes para a saúde pública.

Evidentemente, a precariedade nas condições sanitárias, nutricionais, as fragilidades orgânicas predispondo o indivíduo a contrair doenças, é o reflexo das más condições sócio-econômicas dessa população.

O Estado, sendo o responsável pela oferta de servicos urbanos, na prática, tem negligenciado, também, o setor de servicos de saúde, bastando citar o alto índice de mortalidade infantil, causado, principalmente, por afecções perinatais e doenças infecciosas, parasitárias, nutricionais e diarréias.

No tocante a coleta de lixo, apenas 17,15% dos domicílios da periferia são parcamente atendidos, enquanto que os demais, 82,85% acham-se desassistidos desses serviços.

Enfim, a carência de equipamentos escolares ou mesmo a ineficiência dos existentes dilatam, ainda mais, o problema social, constatando-se que 93,73% da população pobre atingem, quando muito, o primário incompleto (6).

CONCLUSÃO

Explicar o crescimento e a organizacão da cidade capitalista subdesenvolvida requer que a consideremos dentro de um contexto de dependência. Isto implica em observar as articulacões dos processos econômicos, políticos e ideológicos no contexto histórico.

A cidade de Aracaju assim como as demais cidades do chamado "mundo subdesenvolvido", pelas razões já mencionadas constitui em sua dinâmica a lógica própria da inevitabilidade da crescente pobreza. Sendo assim, a cidade tem se constituído no espaço organizado, configurado, ocupado e apropriado por um grupo com um sistema econômico, social e ideológico, bem definido, atendendo por sua vez de forma eficiente aos seus interesses econômicos e muito precariamente, conforme já vimos, os interesses das demais classes. Os aspectos patológicos desse chamado "desenvolvimento urbano" se manifestam na proliferacão de áreas pobres que marcam cada vez mais o cenário de Aracaju, das cidades nordestinas, e porque não dizer, das cidades brasileiras.

Esse aumento da pobreza e a deterioração das condições de vida e do ambiente em que vivem uma maioria da população, tem forjado nos últimos anos a proliferação de vários movimentos que reivindicam habitação (7), serviços urbanos, melhores salários, melhores condições de transportes, etc.

Conquistar o espaço pressupõe debate, confronto, contestação, organização e reivindicação coletiva; estes fatores na realidade constituem a base sobre a qual se poderá (re) construir não só a cidade, como a sociedade democrática. (Re) Construir esse projeto democrático implica em apostar na capacidade de organização das classes populares, em sua participação junto aos diversos movimentos populares, em seu poder de reivindicações. A partir daí, poderemos aglutinar diversas forças sociais que darão sentido e dimensão as lutas sociais, que acreditamos serem capazes de superar o sistema capitalista.

NOTAS

(1) *A partir de 1964 cresce o número de construtoras que atuariam no Estado de Sergipe, porém foi no ano de 1979 que se evidenciou um maior número de construtoras, atuando em Sergipe; basta dizer que 102 empresas de construções marcavam o espaço sergipano*

(2) *DANTAS, Maria da C.S.S. Um estudo dos processos de alienação do trabalho e da formação da consciência de classe dos trabalhadores da C. Civil em Aracaju, tese de mestrado em andamento junto ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano, da UFPE.*

(3) *RIBEIRO, Neuza Maria Góis, Transformações Recentes do Espaço Urbano de Aracaju. Tese apresentada no Curso de Mestrado em Geografia. UFPE, Recife, 1984.*

(4) *Taipa aqui é entendido como habitação com parede de barro com estacas e ripas.*

(5) *Entende-se por vila de quartos o conjunto de quartos, construídos por um cômodo com dimensão que varia em torno de 8 a 10m².*

(6) *SANDES, Berilo T. (Coordenador). Estudos das Zonas Predominantemente Pobres. UAS (Unidade de Administração do Subprojeto "Aglomerado Urbano de Aracaju", SEPLAN, Aracaju, 1985.*

(7) *Atualmente em Aracaju cerca de aproximadamente seis mil pessoas participam do "movimento dos sem terra" lutando por habitação.*